

Setor perde a fiscalização

No momento de reestruturação do programa de distribuição dos medicamentos pela Secretaria de Saúde, a Comissão Regional de Nefrologia do DF está desarticulada. Criada por norma do Inamps em 1989, começou a funcionar a partir de agosto do ano passado, mas há duas semanas o presidente Adolfo Henrique Simon está demissionário. Tal fato significa a desarticulação do órgão responsável pela fiscalização técnica dos procedimentos nefrológicos e pela distribuição dos pacientes em hemodiálise pelos hospitais públicos e clínicas conveniadas. O tratamento não é fiscalizado desde dezembro.

Com a possível saída do técnico, no caso um nefrologista, só restou na comissão o representante dos doentes, o presidente da Associação dos Renais de Brasília (Arebra), Isaías do Vale, que está com complicações de saúde. Desintegrada a comissão, sobrou para os renais crônicos uma preocupação extra: fiscalizar o próprio tratamento. Segundo Isaías do Vale, existe uma desconfiança generalizada dos pacientes quanto ao abuso excessivo do filtro capilar, que elimina as impurezas do sangue no processo de hemodiálise. O Inamps determina que o capilar pode ser reutilizado até o limite em que esteja com 80% da sua capacidade de filtração, medida pelo volume.

“Os hospitais públicos fazem o

tratamento correto, mas algumas clínicas conveniadas não o realizam satisfatoriamente, com o abuso na reutilização do capilar”, comenta o presidente da Arebra, sem querer citar nomes. Um caso conhecido é o de José Ailton Rodrigues, que, no final do ano passado, se transferiu do Hospital Santa Lúcia para outra clínica. “Saí depois de sucessivas divergências com os responsáveis pela hemodiálise, após haver reclamado da reutilização do capilar por mais de quinze vezes”, lembra José Ailton, que inclusive registrou ocorrência policial do fato. “Sei que é permitido o reuso, mas no meu caso houve abuso”, denuncia.

O secretário-adjunto de Saúde, Paulo Kalume, tranquiliza os doentes, afirmando que o caso de José Ailton foi isolado. “Até mesmo pelos resultados do tratamento, medido através dos pacientes que saem da hemodiálise e vão fazer transplante, e pelo número de infecções, se pode afirmar que não está havendo abuso generalizado” disse o secretário. Segundo Kalume, a comissão voltará a atuar na fiscalização em breve. Ele afirma que Adolfo Simon reconsiderou a demissão. O demissionário, no entanto, condiciona a sua permanência a uma maior representatividade da comissão, com maior número de membros e com maior abrangência. (E.T.)